

## **Revista Contabilidade & Amazônia**

Disponível em  
<http://www.contabilidadeamazonia.com.br/>

Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 2, n. 1,  
art. 6, pp. 67-77, Jan./Dez. 2009

### **A Importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no Ambiente Econômico e Social Brasileiro**

**Márcio Szymczak\***

E-mail: semizaque@hotmail.com  
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT  
Sinop, MT, Brasil

**Sandro Everton Leão**

E-mail: leaocampeiro@hotmail.com  
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT  
Sinop, MT, Brasil

\* Endereço: Márcio Szymczak  
Rua dos Cravos, 620, Residencial Jequitibás, Sinop/MT, 78552-117.

## Resumo

A Contabilidade Social é um dos ramos contábeis que recentemente apresenta maior crescimento no Brasil. Este crescimento relaciona-se, em maior grau, a uma mudança do pensamento da sociedade perante o papel das empresas na construção do desenvolvimento econômico e social do país. Assim, novos relatórios contábeis tornam-se necessários para fornecer informações que irão fomentar essa mudança. Entre estes relatórios podemos encontrar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). O trabalho ora apresentado, construído mediante pesquisa bibliográfica, visa conceituar e situar a relevância da DVA no ambiente econômico e social brasileiro, ao mesmo tempo em que exprime a visão contábil sobre a mesma, além de sugerir formas de análise e exemplos de aplicação.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. Contabilidade Social. Valor Adicionado. DVA.

## 1. Introdução

A Contabilidade, através de seus vários ramos, teve uma evolução sensível no Brasil nestes últimos anos. Ao invés de simplesmente uma ciência dedicada à composição, análise e publicação de relatórios relacionados à estática e dinâmica do patrimônio, a Contabilidade cada vez mais se molda como responsável pelo levantamento de dados que possibilitarão um melhoramento do ambiente social no qual as aziendas estão inseridas.

Acompanhando tendências internacionais já encontradas na década de 1960 na Europa e Estados Unidos, a Contabilidade Social adquire cada vez mais importância como ramo da Contabilidade dedicada a esta tarefa.

Desta forma, a Lei 11638/2007, a qual alterou o rol obrigatório de relatórios contábeis a serem apresentados pelas empresas societárias por ações, incluindo entre eles a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), também tem a sua influência na mudança de mentalidade da sociedade perante o papel das empresas no ambiente social e ambiental, assim como de promotoras de desenvolvimento.

A DVA, neste contexto, surge como relatório de cunho extremamente valioso, ao cristalizar não somente o valor agregado gerado pela empresa, mas também de distribuição da riqueza gerada pela mesma junto a seus vários clientes internos e externos.

Visualizando a pessoa humana como motor propulsor e beneficiário final da atividade econômica, a organização empresarial e mesmo a própria sociedade estarão construindo a felicidade social oriunda da riqueza gerada pelo Capitalismo.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 A Evolução Contábil

A Contabilidade, como ciência atrelada ao fornecimento de informações sobre uma realidade palpável a fim de instituir um controle quantitativo e qualitativo do patrimônio e, em última instância, que fornece subsídios para tomada de decisões de cunho gerencial, sofreu uma evolução sensível através da história humana.

As primeiras manifestações contábeis podem ser encontradas há aproximadamente 6.000 anos, conforme Marion (2003, p.30), pela tentativa do indivíduo de estabelecer padrões de contagem e controle dos materiais necessários a sua subsistência, principalmente após a migração humana de uma cultura eminentemente nômade (caçadora e coletora) para uma cultura de acumulação de bens destinados ao consumo e ao escambo. Assim também nos afirma Iudícibus:

A Contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que o homem que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento (IUDÍCIBUS *apud* SANTOS. 2003, p. 13).

Estes sistemas de controle do patrimônio sofreram uma gama de transformações através dos tempos sendo, talvez, dos passos mais importantes para a transformação da Contabilidade em ciência a publicação, em 1494, da primeira obra a clarificar um sistema de escrituração contábil com uma metodologia específica: o *Tractatus de computis et scripturis* pelo Frei Luca Paccioli, baseado em experiências empíricas herdadas dos comerciantes florentinos e venezianos.

Com o crescimento da necessidade de controle das entidades patrimonialísticas, causadas principalmente pelo advento do capitalismo industrial como nova ordem mundial a partir do século XVIII, a Contabilidade assumiu cada vez mais um papel importante nesta sua vocação de fornecer informações agora não somente aos proprietários, mas também a outros usuários, como por exemplo governos, sócios que investiam nos empreendimentos e grupos ou empresas relacionados à atividade da empresa. “O surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante disciplina, potencializando seu uso e aumentando sua eficácia.” (IUDÍCIBUS *apud* SANTOS. 2003, p. 13)

Com o chegar do século XIX, tal qual diversos ramos de estudo da atividade humana, a Contabilidade firmou-se como ciência (mais precisamente na década de 1830) e desta forma, teve o estudo de sistemáticas próprias aprofundado. A sua evolução para chegar aos moldes atuais, porém, foi gradual, conforme nos cita Kroetz (2000, p. 23):

Logicamente, para chegar ao atual estágio de desenvolvimento, a Contabilidade passou por processos de experimentação e instabilidade em seu objeto de estudo, originando-se correntes e escolas de diversas tendências das doutrinas contábeis. Entre essas, destacam-se: contismo (escola pré-científica), personalismo, controlismo, neo-contismo, reitualismo e aziendalismo, definindo-se hoje, após divergências e estudos, o entendimento de que o verdadeiro objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio das entidades ou aziendas (escola patrimonialista).

Como veremos a seguir, a Contabilidade perpassou o conceito de informação somente aos usuários internos ou com características gerenciais, mas ampliou suas subdivisões e uma destas é a Contabilidade Social.

## 2.2 A Contabilidade Social

As transformações econômicas e sociais que a Revolução Industrial e o Capitalismo impuseram ao homem a partir do século XVIII foram por demais profundas. As crises que sobrevieram a essa organização, principalmente após a crise de 1929, na qual o sistema capitalista ocidental sofreu um duro golpe após um período de relativa prosperidade,

trouxeram à baila discussões sobre o verdadeiro papel das aziendas na construção da sociedade. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos quanto a Europa adotaram sistemas políticos de relativo controle das economias nacionais tendo por fim o oferecimento de bem-estar social aos seus indivíduos.

Concomitantemente, cada vez mais criou-se um conceito social de que a empresa, como componente da vida do indivíduo, seja direta ou indiretamente, também possui uma parcela de responsabilidade sobre o cotidiano da sociedade na qual está inserida. Desta forma, a maneira como a empresa se relaciona com a comunidade, com os indivíduos que com ela colaboram, com os usuários que dela usufruem e com o próprio ambiente natural e social da qual faz parte também passaram a interessar à comunidade. Ou como cita Kroetz (2000, p.23): “A eficácia social é dependente da eficácia das entidades.”

Este modelo de pensamento consolidou-se na década de 1960, principalmente após as lutas pelo reconhecimento dos direitos civis, de um lado e outro do Atlântico (Europa Ocidental e EUA), as quais colaboraram na formação do cenário ideal para a reafirmação do conceito de importância social das empresas. O governo de Richard Nixon (EUA), em sua insistência em manter o intervencionismo norte-americano na Guerra do Vietnã, enfrentou graves críticas por parte da opinião pública não somente americana, mas também mundial. Da mesma forma, os grandes conglomerados econômicos que o apoiavam também tiveram a sua imagem abalada perante a sociedade americana. “Clamava-se pelo fim da guerra e por outro lado exigia-se que as empresas adotassem nova postura moral e ética perante os cidadãos.” (KROETZ apud TINOCO, 2000 p. 54). Assim, neste período, surgem as primeiras informações relativas ao relacionamento social das empresas publicadas juntamente com o balanço patrimonial das mesmas.

Foi porém na França, em 1977, através da Lei 77.769, que tornou-se obrigatória a publicação, em separado dos relatórios contábeis de ordem financeira e econômica, do *Bilan Social*. Apesar de encontrarmos em diversos outros países europeus a publicação de relatórios relacionados a essa prática social, KROETZ (2000, p. 56) entende que:

somente a experiência francesa, neste primeiro momento, agregou de forma simples, científica e de real valor informativo aos diversos beneficiários, informações necessárias para a prática de melhoramentos no ambiente interno e externo das empresas.

Durante a década de 1980, a prática de publicação de indicadores sociais difundiu-se por diversos outros países europeus e hoje tornou-se uma constante. O conceito de que a Responsabilidade Social desempenha um papel cada vez mais importante no ambiente empresarial, principalmente diante da força que possui de diferencial competitivo outorgado a empresa que a pratica.

Neste contexto, a Contabilidade Social se destaca como instrumento deste enfoque. Ao mesmo tempo, preenchendo as lacunas que a mera operação de registro patrimonialista e suas variações, a Contabilidade Social também volta-se para auxiliar a gestão governamental por parte das análises do impacto macroeconômico da atividade das empresas: “A Contabilidade Social é, basicamente, uma metodologia para registrar e quantificar os agregados macroeconômicos de uma forma coerente e sistemática.” (MONTORO FILHO apud SANTOS. 2003, p.18)

A Contabilidade Social, como responsável pelo levantamento destes dados e sua posterior publicação e análise, possui vital importância na estratégia de posicionamento da empresa e dos órgãos governamentais de um país perante os resultados encontrados, como veremos adiante.

## 2.3 A Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

### 2.3.1 Conceito

A publicação obrigatória da Demonstração do Valor Adicionado/agregado (DVA), em cumprimento à Lei 11.638/07, a nova Lei das Sociedades por Ações, evidencia o avanço da contabilidade ao integrá-la por sua importância ao conjunto de outras demonstrações contábeis já anteriormente obrigatórias, como é o caso do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

A DVA tem por objetivo evidenciar à sociedade, a contribuição sócio-econômica da empresa, ou seja, como ela agrega riqueza e como ela distribui a riqueza onde ela está situada

### 2.3.2 Valor Adicionado: visão contábil e econômica

Para melhor compreender o conceito dessa Demonstração é mister diferenciar os conceitos que ambas as ciências, econômicas e contábeis, trazem a respeito de Valor Adicionado.

A ciência econômica trata de Valor Adicionado sobre dois aspectos: o da macroeconomia e o da microeconomia. Sob o aspecto macroeconômico podemos relacionar diretamente o valor adicionado à apuração do produto nacional, e quanto ao aspecto microeconômico, o valor adicionado é demonstrado pela riqueza que uma empresa consegue agregar aos insumos de sua produção que foram adquiridos de terceiros, incluindo ainda todos os valores relativos às despesas de depreciação.

Para melhor evidenciar Santos cita Simonsen:

Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção, à diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. Assim, o produto nacional pode ser concebido como a 'soma dos valores adicionados, em determinado período de tempo, em todas as etapas do processo de produção do país'. (SANTOS apud SIMONSEN, 2003, p. 25).<sup>1</sup>

Sob o aspecto da ciência contábil o valor adicionado pode ser afirmado como a apuração da riqueza resultante das vendas subtraídos os insumos pagos a terceiros somados as depreciações.

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ele agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas e o total de insumos adquiridos de terceiros. Este valor será igual à soma e toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa. (SANTOS apud DE LUCA, 2003, p. 26).<sup>2</sup>

A diferenciação de conceitos entre as duas ciências se dá pela abordagem e pelo momento do reconhecimento da riqueza gerada. Isto porque o enfoque econômico, que se

---

<sup>1</sup> SIMONSEN, Mário Henrique. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Apec, 1975. p. 83.

<sup>2</sup> DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do valor adicionado*. Congresso Brasileiro de Contabilidade, Salvador, 1992, CFC, p. 56.

utiliza do critério adotado pelo IBGE ao valor adicionado, se dá em função da produção, que é mensurado pelas atividades econômicas de um país em um determinado período de tempo, e que formarão o produto nacional. Já o enfoque contábil para a mensuração de valor adicionado procura buscar não a nação, mas, em um ambiente mais restrito, a empresa, para tanto, restringe-se em função das vendas e não da produção.

No entanto, o ponto comum entre as concepções está em mostrar que o valor adicionado, representa, segundo Santos (2003, p.27), “o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo.”

No processo produtivo, as empresas em realização de suas atividades, e para sua perpetuação adquirem de terceiros bens e serviços, transformam estes com esforços combinados entre os equipamentos e o trabalho de seus colaboradores, e que assim fazendo estarão agregando valor às novas mercadorias que serão postas no mercado.

Assim Gremaud; Vasconcellos; Júnior (2004, p. 52), “valor adicionado = valor que foi, acrescido (adicionado) ao valor das matérias-primas utilizadas.”

Isso quer dizer que, um produto inicial que venha a servir de matéria prima ou insumo a uma empresa, ao ser transformado em um novo produto trás consigo um valor adicionado, e se várias vezes inserido entre o comércio comprador e vendedor, em cada processo de transformação recebe valor agregado.

### **2.3.3 O conceito contábil de valor adicionado pode ser superior**

Como já vimos os conceitos de valor adicionado para contabilidade e economia são diferentes. A contabilidade toma como base de cálculo para obter o valor adicionado o valor das vendas, enquanto a economia toma o valor da produção como base de cálculo. O que se poderia esperar então é que uma comparação entre os valores dados pela contabilidade e pela economia seria irreconciliável.

Numa situação hipotética imaginemos uma empresa que não tenha realizado nenhuma venda num determinado espaço de tempo. O conceito contábil traria para esse período de tempo o valor adicionado por essa empresa, igual a zero, já que, nenhuma riqueza foi gerada nem distribuída por ela. Tendo em vista a mesma situação hipotética, o conceito econômico tomando como base a produção, informaria o valor adicionado numa projeção, pela diferença entre o valor de mercado e os insumos pagos a terceiros na cadeia produtiva da empresa. Em um primeiro momento esse aspecto torna o conceito econômico mais eficiente que o contábil.

Porém, o conceito contábil pode se mostrar mais eficiente para a apuração do valor adicionado, já que a contabilidade faz uso de práticas contábeis padronizadas e de valores que mostram a realidade. E mesmo que os valores sejam registrados por provisões, eles podem futuramente ser ajustados para evidenciar os valores reais, e para demonstrar maior fidelidade aos registros, as práticas contábeis podem ser constantemente expostas à auditoria.

### **2.3.4 A Importância do Valor Adicionado**

O uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem sua origem na Europa e foi exigida inicialmente pela Inglaterra, França e Alemanha. Em reconhecimento de sua importância e demanda em âmbito internacional, a Lei 11.638/07 introduziu para o Brasil a

elaboração e divulgação obrigatória da Demonstração do Valor Adicionado para todas as empresas SA de capital aberto.

A função da DVA é tornar evidente para análise todos os componentes capazes de gerar o valor adicionado, bem como, mostrar a contribuição que a empresa trás para a sociedade onde está inserida. Imaginemos que toda riqueza gerada pela empresa seja um bolo. A DVA mostrará, no entanto, como ela está distribuindo a riqueza gerada, ou seja, qual é o tamanho da “fatia do bolo” para empregados, financiadores, governo, acionistas e quanto pertence à empresa para reinvestimento.

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa. (MARION; 2009, p.57)

A DVA é elaborada captando dados registrados e presentes em outras demonstrações contábeis, principalmente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Cabe ressaltar aqui a diferença entre as duas demonstrações; apesar de complementares, ambas possuem enfoques diferentes. A DRE visa mostrar o lucro líquido, ou seja, o que pode ser chamado como a parte do valor adicionado que pertence aos sócios investidores, sendo assim, são os proprietários, sócios ou acionistas os mais interessados nela. Já a DVA, como anteriormente mencionado, não mostrará apenas a remuneração dos sócios, mas também a remuneração paga aos empregados, ao governo, aos financiadores, ou seja, aqui o interesse será do beneficiário direto da renda.

Veja que, para os sócios da empresa que tomam como base a DRE para análise, as demais remunerações são consideradas como despesas, já que todas as riquezas distribuídas diminuem o seu lucro.

Convém mencionar aqui a relevância da DVA como ferramenta em macroeconomia que auxilia no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Em um conceito bem simples, o PIB seria a soma dos valores adicionados de um país, ou seja, de toda riqueza gerada em um país em um determinado período de tempo. Outro ponto relevante à DVA é a de servir como excelente indicador social, o que vem a facilitar a tomada de decisões por parte dos governos para investimentos – por áreas, regiões, Estados – como importante ferramenta para solução de conflitos.

A DVA como instrumento contábil, se torna única em sua característica de mostrar a riqueza gerada e os destinatários da distribuição da riqueza, ou seja, quem são os maiores ou menores beneficiários de renda, o que nenhuma outra demonstração é capaz de fazer.

### **2.3.5 A DVA como ferramenta gerencial para tomada de decisões**

No processo de formação do valor adicionado as empresas empregam o uso de seus ativos – equipamentos, os seus capitais, a força de trabalho de seus colaboradores – para produzir outros bens e serviços destinados a venda.

A DVA, além de oferecer uma análise mais profunda do desempenho econômico e social das empresas, pode em muito enriquecer com a prática de sua publicação, o enfoque gerencial à todos que se empregam a analisar as demonstrações contábeis e financeiras.

No entanto, a DVA pode oferecer muito mais que uma análise que se destine ao estudo da macroeconomia, no que tange a aproximação da contabilidade comercial à contabilidade nacional. A DVA apresenta dados gerenciais importantes e úteis para a tomada de decisões interna das organizações.

A DVA apresenta dados relevantes que evidenciam como ela está distribuindo a remuneração a todos os beneficiários diretos da renda, quer dizer, aos sócios, acionistas, governo, colaboradores, etc. Assim, pode-se notar que, a DVA é capaz de evidenciar a relação da empresa com a sociedade.

Imaginemos a seguinte situação: dado uma empresa qualquer, mediante a análise de sua DVA, apresente um grande valor adicionado no seu processo produtivo, porém, no momento da distribuição da remuneração, aos seus colaboradores é destinada uma pequena fatia do valor agregado. Nesse sentido, a empresa pode criar políticas internas de adequação, não só para melhor remunerar seus trabalhadores e criar uma melhor imagem com estes, que estarão felizes e motivados a produzir mais, como também, poder se mostrar legítima a sua presença à sociedade.

### **2.3.6 Análise da Demonstração do Valor Adicionado**

#### **2.3.6.1 Governo fica com 40.3% do valor adicionado<sup>3</sup>**

Num estudo realizado pela Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP) e coordenado pelo professor Ariovaldo dos Santos, mostra que é o governo – nas esferas União, Estados e Municípios - quem leva a maior parte da riqueza gerada pelas empresas através do recolhimento dos tributos, em média 40,3% do valor adicionado.

A metodologia do estudo considera o valor adicionado distribuído por um conjunto de 829 empresas de diversos setores da indústria, comércio, serviços e estatais no ano de 1998. A soma do valor adicionado dessas empresas foi de US\$ 126,79 bilhões, e a fórmula de cálculo para chegar a esse valor seria o faturamento diminuído do que é pago aos fornecedores.

O valor adicionado dos anos de 1996 e 1997 também foi analisado pelo estudo do professor Santos. Em 1996 o fisco levou uma fatia superior, 40,4% na média geral de 414 empresas. E para 1997 as mesmas empresas geraram uma riqueza de 37,7% destinada ao governo pela arrecadação de tributos.

Em seu estudo, Santos afirma que a fatia do governo é ainda maior, já que o levantamento se deu apenas pelos impostos e contribuições pagos pelas pessoas jurídicas. O Imposto de Renda (IR) retido na fonte sobre a remuneração dos empregados não foi levado em consideração. O IR e as contribuições ao INSS e ao FGTS foram somados aos salários e obrigações trabalhistas pagos pelas empresas. Assim, pode-se afirmar que sobre a remuneração do empregado ainda existe mais uma fatia que será destinada ao governo.

---

<sup>3</sup> Marion apud Watanabe; 2009, p.235.



### 3. Considerações Finais

É notável a importância da contabilidade como uma das ciências sociais, já que é capaz de, desde os tempos mais remotos, servir a humanidade pela sua capacidade de mensurar e organizar dados para que o homem, durante sua história, possa melhor compreender a sua situação econômica e financeira.

Este trabalho se propôs a evidenciar dentro do contexto de evolução da contabilidade, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), com o propósito de melhor estudá-la, dada a importância como fundamental indicador da Contabilidade Social ou Nacional.

Esperamos ter contribuído para o avanço científico, a julgar que, com a conscientização de uso gradual e crescente da metodologia de elaboração e publicação desta demonstração, já que esta evidencia, não somente dados econômicos e financeiros de interesse somente dos sócios e diretores, mas também dados sociais, importantes ao conhecimento dos seus colaboradores e da sociedade onde a organização está inserida.

### Referências Bibliográficas

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Marion. **Análise das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar uma DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

**Anexo A – Demonstração do Valor Adicionado**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>EMPRESA:</b>	<b>Em milhares de reais</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Pela Legislação Societária</b>	<b>Em Moeda Constante</b>
<b>1. RECEITAS</b>		
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Provisão para devedores duvidosos – Reversão/(constituição)		
1.3 Não operacionais		
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM OS VALORES DOS IMPOSTOS – ICMS E IPI)</b>		
2.1 Matérias-primas consumidas		
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3 Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.4 Perda/recuperação de valores ativos		
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)</b>		
<b>4. RETENÇÕES</b>		
4.1 Depreciação, amortização e exaustão		
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)</b>		
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1 Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>		
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1 Pessoal e encargos		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.3 Juros e aluguéis		
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos		
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício		

Fonte: FIPECAFI (2003, p. 453)

**Instruções para preenchimento**

Lembrar que, como as informações extraídas são da contabilidade, deverão ter como base o Princípio Contábil do Regime de Competência de exercícios.

**1 – RECEITAS** (soma dos ítems 1.1 a 1.3)

**1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços** - Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde á receita bruta ou faturamento bruto.

**1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/Constituição** - Inclui os valores relativos á constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.

**1.3) Não operacionais** - Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

**2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** (soma dos ítems 2.1 a 2.4)

**2.1) Matérias-primas consumidas** (incluídas no custo do produto vendido).

**2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos** (não inclui gastos com pessoal próprio).

**2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros** (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros). - Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidas, materiais, serviços, energia etc., consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

**2.4) Perda / Recuperação de valores ativos** - Inclui valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

**3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre ítems 1 e 2)**

**4 – RETENÇÕES**

**4.1) Depreciação, amortização e exaustão**

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

**5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** (diferença entre os ítems 3 e 4)

**6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** (soma dos ítems 6.1 e 6.2).

**6.1) Resultado de equivalência patrimonial** (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado da equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa, deverá ser informado entre parênteses.

**6.2) Receitas financeiras** (incluir todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

**7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** (soma dos ítems 5 e 6).

**8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** (soma dos ítems 8.1 a 8.5)

**8.1) Pessoal e encargos** - Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

**8.2) Impostos, taxas e contribuições** - Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já reconhecidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 – Insumos adquiridos de terceiros.

**8.3) Juros e aluguéis** - Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto à instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

**8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos** - Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item “lucros retidos”.

**8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício** - Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.